

PREFEITUA DA CIDADE DO RECIFE  
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM  
**AO COMITÊ GESTOR DE ACESSO À INFORMAÇÃO - CGAI**

Recife, 04 de dezembro de 2017

RECURSO: **20170029900729993**

RECORRENTE: **(nome oculto)**

Senhor Controlador,

**(Nome oculto)**, na qualidade de recorrente, vem mui respeitosamente e dentro do prazo legal, com fundamento na Lei **12.527 de 18 de novembro de 2011**, interpor **RECURSO**, encaminhando à autoridade hierarquicamente Superior, Pedido de Acesso à Informação, **Protocolo 2017002620102533**, com fulcro no art. 40 da Constituição Federal, na qual está consignada a LEI QUE REESTRUTURA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DO RECIFE – RPPS, Lei nº 17.142 de dezembro de 2005.

### RAZÕES DO RECURSO

#### 1. RELATÓRIO

##### RESUMO DO PEDIDO ORIGINAL

Transparência na divulgação das vagas disponibilizadas para **médico Perito**, na **Unidade de Perícias Médicas**, com a publicidade dos descritores para agendamento: **a) Vagas disponíveis; b) Dias e horários nominalmente, por Perito disponíveis; c) Registro do agendamento constando o nome do servidor\paciente com horário.**

##### CONSIDERAÇÕES DO PEDIDO ORIGINAL

A Carta Constitucional menciona, **Princípio da equidade**, no art. 5º, consagrado nos Direitos individuais. Assenta-se que o Município de Recife fere o **Princípio da Publicidade**, inerente à Administração Pública elencado na Constituição Federal, **art. 37**, quando o servidor **não** tem o acesso ao serviço de divulgação das vagas para agendamento de Perícia médica, na Unidade de Perícia Médica –UPM.

## RESPOSTA DO PEDIDO ORIGINAL (**Autoridade não Identificada**)

A Solicitação, foi **indeferida** sob a alegação **de não se tratar de um pedido de Acesso à Informação**, considerando, reclamação/denúncia, cuja **competência** era da **Ouvidoria Geral do Município**.

### 2. RECURSO DE 1ª INSTÂNCIA

Não foi razoável a interpretação da solicitação pela Controladoria Geral do Município – CGM, classificando o Pedido de Acesso à Informação, como **reclamação\\denúncia**. Para tanto, se verificou ausência de fundamentação, haja vista, está expresso no **art. 4º, incisos I e II da Lei 12.527 de 18 de novembro de 2011**.

Cabe dizer, que a solicitação está protegida sob a égide da **Lei 12.527\2011**, em seu **art.7º**.

### 2. 1RESPOSTA DO RECURSO DE 1ª INSTÂNCIA

Vale ressaltar, que o Recurso foi deferido. Todavia, a informação foi negada, sob as alegações:

- a) **A divulgação nominal dos servidores que agendam as consultas para Perícia médica, na UPM, são de sigilo pessoal**, deste modo estaria impedido legalmente de repassar a informação;
- b) Admitiu, de modo genérico, que: *Os médicos Peritos, atendem por horário, cerca de 20 servidores*, ocultando **a identificação** dos profissionais médicos, como **os dias e horários de atendimento na UPM**.

### 2. 2RECURSO DE 2ª INSTÂNCIA

Era sabido, que o acesso ao sistema estava bloqueado em **16\10\2017**, para interposição do Recurso, consignado ao Protocolo:**20170029900729993**. <http://transparencia.recife.pe.gov.br/codigos/web/lai/historicoSituacaoProtocolo.php?id>.

Formalmente, várias tentativas foram realizadas, mas sempre aparecia a resposta: **Caro usuário: Não é possível interpor recurso, pois o prazo legal de 10 (dez) dias expirou**.

Tal afirmação **não** estava amparada na **Lei 12.527\2011**. O indeferimento do Recurso pela Controladoria Geral do Município- CGM, a saber, da tempestividade, foi desarrazoado com o Princípio da proporcionalidade.

Repisando: A afirmação de que, **a divulgação nominal dos servidores, que agendam as consultas para Perícia médica na UPM, é**

**informação sigilosa**, deve ser ignorada, pois constam, publicações de Portarias, em Diário Oficial, dos atos da Administração Municipal, com o registro de nomes, matrículas e CPF dos servidores e cargos comissionados.

Mencionou-se a ausência de **identificação da autoridade** que respondeu a solicitação, em cumprimento ao **art. 21 do Decreto n.º 7.724/2012**, incompatível com as determinações expressas nas normas técnicas da Comunicação Oficial da Administração Pública.

Diante da ausência de iniciativa da CGM, reiterou o pedido com o PROTOCOLO: **20170029900729993**.

## 2. 2.1 RECURSO DE 1ª INSTÂNCIA DO PROTOCOLO: **20170029900729993**.

Sem pretender esgotar todos os argumentos pertinentes a estreita relação entre a inter-relação da Transparência Pública e o direito ao Acesso à Informação do Cidadão, a servidora, destacou a tutela da prestação dos serviços da Unidade de Perícia médica Municipal –UPM, assegurado na Lei Orgânica, que REESTRUTURA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DO RECIFE – RPPS, **Lei n.º 17.142 de dezembro de 2005**.

Verificou-se que as respostas encaminhadas pela CGM, continuaram sem atender a formalidade, **com ausência da identificação da autoridade** que emitiu resposta, de modo que, não há como arguir **FÉ DE OFÍCIO**, omitindo também **a matrícula**, fato que impossibilitou, a análise do ato administrativo, a saber do servidor, função\cargo e competência expressa em lei.

### 2. 2.1.1 RESPOSTA DO RECURSO DE 1ª INSTÂNCIA DO PROTOCOLO: **20170029900729993**.

Em suma, a CGM indeferiu a solicitação com base nos argumentos supramencionados, nas quais faz-se destaque:

1. Descartou como sendo **RECURSO** e tratou como **novο pedido de Acesso à Informação**;

2. Afirmou que a recorrente desobedeceu ao prazo legal de **RECURSO ao Protocolo n.º 2017002620102533**;

3. Comparou a contagem dos prazos previstos na Lei de Acesso à Informação com a **Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999**, entretanto, fez ênfase apenas a **Ciência**, dia **17/10/2017**;

4. Usou o termo **insatisfeita**, para descrever o ato da recorrente de solicitar a informação;

5. Utilizou o **Protocolo n.º 20170029501020532**, para reforçar a ineficácia do Protocolo n.º 20170029900729993;

6. Salientou o uso inadequado da via para interpor recurso. Protocolou o PAI n.º

## 2. 2.2 RECURSO DE 1ª INSTÂNCIA DO PROTOCOLO n.º **20170029900729993**.

No caso concreto, ocorreu desigualdade de tratamento, correspondente ao não reconhecimento da **tempestividade do RECURSO**. Como dito, os **PRAZOS** previstos em dia pela Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI), seguem as regras da Lei nº 9.784/1999. A Norma regulamentar segue, tanto para o **REGISTRO do Recurso**, quanto para o prazo de **Ciência\Resposta**.

A rigor, a falta de gestão do acompanhamento e manutenção do sistema e-SAI, impediu a interposição do **RECURSO**, considerando o prazo do **REGISTRO** garantido na Lei nº 12.527/2011. A impugnação do **RECURSO** foi contraditada pela recorrente. Na apreciação, a CGM não restou demonstrada a inexistência de falha do sistema do Portal de Acesso à Informação ao Cidadão, restringindo as alegações, a expiração do prazo.

A ação obrigou a recorrente realizar outro procedimento, produzir o Protocolo nº **20170029900729993**, para que a CGM reexaminasse o vício e incorporasse ao **Protocolo nº 2017002620102533**, haja vista, disposições legais de prazo para **REGISTRO do Recurso**.

Tendo em vista as peculiaridades das contagens do prazo, (Lei nº 12.527/2011), foi verificado que o sistema do e-SAI, de Acesso à Informação do Município, não disponibiliza pelo próprio sistema, de forma automática, o **prazo de expiração do Recurso**, facilitando o acompanhamento por parte do cidadão e evitando o desequilíbrio de interpretação do prazo de **REGISTRO**.

O entendimento esposado pela CGM, *insatisfeita*, na resposta ao Recurso de 1ª Instância, foi uma forma de contestação a ação da recorrente de produzir o Protocolo nº **20170029900729993**, para fins de **interposição do Recurso de 2ª instância do Protocolo nº 2017002620102533**. É imperativo dizer que, era plenamente possível de apreciação, porque não foram apuradas as circunstâncias alheias a sua vontade, **falha do sistema do Portal de Acesso à Informação ao Cidadão, com a expiração do prazo**. Assim, ocorreu o bloqueio ao acesso da recorrente ao sistema, impedindo a interposição do **RECURSO**.

O redirecionamento da ação de interposição de **RECURSO** para o **Protocolo nº 20170029501020532**, foi nada convencional, pois consta conteúdo normativo divergente do **Protocolo nº 2017002620102533** e cabe a recorrente, por livre interesse, decidir pelo **RECURSO**, não sendo função da CGM, induzir a cidadã ao **REGISTRO**.

A entender, reside o equívoco na resposta, pois decorreu a existência de cerceamento do direito da recorrente em interpor o **RECURSO** e a invocação do Protocolo nº **20170029501020532**, tese sustentada pela CGM, não sustentaria a fundamentação do Pedido de Acesso à Informação da Inicial, pela divergência do objeto do pedido.

Feitas essas considerações, reitera-se o **PEDIDO DE ACESSO À INFORMAÇÃO** Protocolo nº **2017002620102533**.

Atenciosamente,